

Educação Inclusiva em Educação a Distância: colocando em prática uma nova forma de inclusão.

Cristina Spengler Azambuja

Instituto Casagrande (ICG), Curitiba, PR, Brasil

Diane Serpa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Butiá, RS, Brasil

Gian Giermanowicz Costa

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil

Karine Buglione Campos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil

Thalita Mendes Crespo

Departamento Nacional do SESC (SESC), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO: A educação inclusiva busca integrar pessoas com deficiência à sociedade em igualdade de condições. No contexto escolar, especialmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade a distância (EAD), a inclusão é uma necessidade legal e um tema debatido. Este trabalho apresenta estratégias de ensino transdisciplinar aplicadas a um aluno com deficiência intelectual no curso SESC EAD EJA, envolvendo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a qualificação profissional em Produtor Cultural. O projeto, desenvolvido no primeiro semestre de 2024 com apoio do polo presencial, gerou resultados positivos em aprendizado, socialização e desenvolvimento do aluno.

PALAVRAS-CHAVE: Educação a distância; Educação de Jovens e Adultos; Educação Inclusiva.

ABSTRACT: Inclusive education is a pedagogical approach that seeks to integrate individuals with disabilities into society on an equal basis. In the context of education, particularly in distance learning within youth and adult education (YAE), inclusion is not merely a legal obligation but also a subject of ongoing scholarly debate. This paper presents a transdisciplinary teaching strategy applied to a student with intellectual disabilities enrolled in the SESC distance learning program of high school education for young people and adults. The approach integrates the National Common Curriculum Base (NCCB) and professional qualification in Cultural Producer. The project, implemented during the first semester of 2024 with the support of an in-person learning center, yielded positive outcomes in terms of student learning, socialization, and overall development.

KEYWORDS: Distance Education; Youth and Adult Education; Inclusive Education.

INTRODUÇÃO

Diante das transformações e evoluções tecnológicas, identifica-se um aumento significativo das ofertas de cursos na modalidade Educação a Distância (EAD). Para além dos cursos superiores a educação a distância também é uma possibilidade para educação básica a partir do Parecer CNE/CEB nº 1/2021, que trata do alinhamento das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outras legislações relativas à modalidade, foi regulamentada a oferta da EJA na modalidade EAD Integrada à Qualificação Profissional, buscando atender a Lei 13.415, de 2017 (Lei do Novo Ensino Médio) e à Base Nacional Comum Curricular.

Dessa forma, em 2022, o SESC iniciou seu projeto de oferta de EAD, de forma articulada ao SESC e SENAC RS, no âmbito da Educação Básica, com uma proposta de Ensino Médio integrado à Qualificação Profissional na modalidade EJA. O projeto de âmbito nacional atende toda uma diversidade já encontrada na educação de jovens e adultos e respeitando o direito a uma educação acessível e inclusiva.

O desafio de uma atuação a distância voltada para equidade no atendimento de estudantes com características únicas e limitações diversas, exigiu que a toda equipe de professores e pedagogos do projeto se mobilizasse para desenvolver e investigar maneiras eficazes de apoiar esse grupo, visando tanto seu aprendizado quanto sua integração e socialização com colegas e educadores.

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma prática pedagógica transdisciplinar de Atendimento Educacional Especializado (AEE), envolvendo etapas 1, 2 e 3 do ensino médio EJA integrado com a qualificação profissional em Produtor Cultural. Os resultados alcançados superaram as expectativas, refletindo significativos avanços nas questões de aprendizagem e letramento digital do estudante.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa utilizou a metodologia de revisão de literatura como base para a coleta e análise dos dados, bem como um relato de experiência para elucidar e dar tom ao assunto. A revisão de literatura consiste em uma abordagem sistemática que visa identificar, analisar e sintetizar estudos e publicações científicas relevantes sobre um determinado tema.

Inicialmente, foi realizada uma definição clara do tema de pesquisa, que neste estudo se concentra nas estratégias de ensino-aprendizagem eficazes para a Educação Inclusiva, o Atendimento Educacional Especializado e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade de Ensino a Distância (EAD).

Foram identificadas fontes de informação relevantes para o tema, como bases de dados científicas, periódicos acadêmicos, livros e outros recursos acadêmicos. Essa seleção foi realizada com base na qualidade, relevância e atualidade das fontes disponíveis.

Realizou-se uma busca sistemática nas bases de dados selecionadas utilizando palavras-chave relacionadas ao tema de pesquisa. Os critérios de inclusão e exclusão foram aplicados para selecionar os estudos mais pertinentes e recentes. Foram considerados apenas estudos publicados nos últimos 5 anos, a fim de garantir a atualidade das informações.

Os artigos selecionados foram lidos e analisados criticamente, buscando identificar as estratégias

de ensino-aprendizagem eficazes para o AEE trabalhado no âmbito da EJA na modalidade a distância que foram abordadas em cada estudo. Foram registrados o objetivo, metodologias, achados e autoria.

Com base na análise dos estudos selecionados, foram organizadas as informações de forma coerente e estruturada. Foram criados tópicos e subtópicos relacionados às estratégias de ensino-aprendizagem eficazes, com base nas principais abordagens identificadas na literatura revisada.

Embora a revisão de literatura tenha suas limitações, uma vez que depende da disponibilidade e qualidade dos estudos encontrados, foi possível realizar uma análise significativa sobre o tema. Levando em conta que a interpretação e a síntese dos dados são influenciadas pela subjetividade do pesquisador. No entanto, adotou-se uma abordagem sistemática e rigorosa para minimizar vieses e garantir a confiabilidade dos resultados apresentados neste estudo.

A revisão de literatura utilizada neste trabalho contribui para a compreensão e síntese do conhecimento existente sobre estratégias de ensino-aprendizagem que contemple o público-alvo. Por meio da análise e discussão dos estudos selecionados, espera-se oferecer uma visão abrangente e atualizada das abordagens pedagógicas relevantes nessa área, fornecendo subsídios para educadores, gestores educacionais e formuladores de políticas públicas na implementação de programas de ensino médio EAD EJA mais eficientes e inclusivos.

RESULTADO E DISCUSSÃO

1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE).

A Educação Inclusiva é um conceito que busca garantir que todas as crianças, jovens e adultos, independentemente de suas habilidades ou necessidades especiais, tenham acesso a uma educação de qualidade. Esse modelo fomenta a igualdade de oportunidades, valoriza as diferenças e respeita a diversidade. Segundo Mittler (2012), a educação inclusiva não é apenas um ideal, mas uma necessidade prática para garantir que cada aluno possa desenvolver seu potencial máximo.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço complementar e suplementar ao ensino regular, destinado a atender as necessidades educacionais específicas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O AEE desempenha um papel crucial ao fornecer recursos e estratégias pedagógicas que atendam às particularidades dos alunos. Esses serviços podem incluir o uso de tecnologias assistivas, adaptações curriculares e o apoio de profissionais especializados. Glat e Márcia (2010) destacam que a presença do AEE nas escolas inclusivas é vital para a construção de práticas pedagógicas que respeitem e valorizem as diferenças.

Importante destacar que, na realidade da EJA na modalidade EAD, mais do que saber onde utilizar essas estratégias, é crucial e indispensável ter atenção para seu propósito. É a partir disso que se constrói caminhos assertivos e significativos para a aprendizagem do nosso estudante. Além de fornecer suporte educacional, o AEE também promove a autonomia e a independência dos alunos. As estratégias adotadas visam desenvolver habilidades funcionais e acadêmicas, facilitando a inclusão plena desses indivíduos na sociedade. Pesquisas de Mantoan (2003) mostram que o sucesso do Atendimento Educacional

Especializado depende da formação contínua dos professores e da colaboração entre todos os atores envolvidos no processo educativo.

A colaboração entre professores, famílias e especialistas é fundamental para a eficácia do AEE. Um ambiente colaborativo permite o compartilhamento de conhecimentos e experiências, contribuindo para a criação de estratégias educacionais mais eficazes. Conforme apontado por Stainback e Stainback (1999), a parceria entre esses atores é um dos pilares para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva. E quando os alunos no AEE são adultos e não é possível acessar suas famílias? Esse é o desafio que o SESC EAD EJA tem em sua rotina. Por isso, a apresentação deste relato de experiência é fundamental para que outros educadores com a mesma realidade sintam-se encorajados a desenvolverem possibilidades equitativas de aprendizagem.

Segundo Crespo e Gick (2024), a proposta educativa do projeto “nasceu do desejo de atender à demanda da diversidade de jovens e adultos que não tiveram acesso ao Ensino Médio no ensino regular, sendo parte de um conjunto de iniciativas voltadas para Educação Básica e tem sua origem na necessidade de diversificação das ações educativas voltadas ao público de jovens e adultos em todo o território nacional”.

No contexto da prática pedagógica no AEE, é fundamental que os professores utilizem abordagens diversificadas e flexíveis para atender a todos os alunos. A utilização de metodologias ativas e centradas no aluno, como a aprendizagem baseada em projetos e o uso de recursos multimídia, pode facilitar a inclusão e a participação de alunos com diferentes necessidades educacionais. Segundo Freire (1996), uma educação inclusiva e emancipadora deve ser construída com base no diálogo e no respeito mútuo.

A inclusão escolar não se restringe apenas ao espaço físico da escola, mas também à construção de uma cultura de respeito e valorização das diferenças. É preciso ter a noção de que a inclusão é um processo contínuo e dinâmico, que exige a participação ativa de toda a comunidade escolar.

1.1. CONCEITO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ABORDAGEM HISTÓRICA E CONCEITUAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

A educação inclusiva é um princípio que garante que todas as crianças, jovens e adultos, independentemente de suas capacidades ou necessidades especiais, tenham acesso a uma educação de qualidade em ambientes regulares e virtuais. Esse conceito evoluiu ao longo do tempo, influenciado por mudanças sociais, políticas e legais.

Inicialmente, a educação de pessoas com deficiência era marcada pela exclusão e segregação. No século XIX, surgiram instituições especializadas que, embora oferecessem alguma forma de educação, ainda mantinham os alunos separados da sociedade. Foi apenas no século XX que começou a surgir a ideia de integração, permitindo que crianças com deficiência frequentem escolas comuns, mas muitas vezes em classes separadas ou com currículos diferenciados (Mazzotta, 1996).

A mudança de paradigma para a inclusão começou a se fortalecer nas décadas de 1980 e 1990. A Declaração de Salamanca, adotada em 1994 durante a Conferência Mundial sobre Educação Especial, foi um marco fundamental. Esse documento, promovido pela UNESCO, afirmou que escolas regulares com orientação inclusiva são os meios mais eficazes para combater atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras e construindo uma sociedade inclusiva (UNESCO, 1994).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a educação como um direito de todos, incluindo as pessoas com deficiência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), promulgada em 1996, consolidou esse princípio, determinando que o ensino deve ser oferecido preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996).

Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi publicada, reforçando a necessidade de mudanças estruturais e pedagógicas nas escolas para garantir a inclusão efetiva. Esse documento destacou a importância da formação de professores e da oferta do AEE como suporte necessário para a inclusão (BRASIL, 2008).

A educação inclusiva baseia-se em princípios de equidade, respeito à diversidade e direitos humanos. Ela não se limita à presença física de alunos com deficiência nas escolas regulares, mas implica uma transformação completa do sistema educacional para acolher todas as diferenças. Booth e Ainscow (2011) afirmam que a inclusão exige a reformulação das práticas pedagógicas, curriculares e organizacionais para garantir a participação de todos os alunos na aprendizagem.

Segundo Mittler (2000), a inclusão educacional não é apenas uma questão de justiça social, mas também de eficiência pedagógica, pois beneficia todos os alunos ao promover um ambiente de aprendizagem diversificado e estimulante. Embora os marcos legais e as políticas públicas tenham avançado significativamente, a implementação da educação inclusiva enfrenta vários desafios. A formação de professores continua sendo uma área crítica, pois muitos educadores ainda se sentem despreparados para lidar com a diversidade nos ambientes educacionais. De acordo com Mantoan (2003), é essencial investir em programas de formação contínua que abordem tanto aspectos teóricos quanto práticos da inclusão.

A necessidade de recursos adequados, tanto materiais quanto humanos, também é um desafio significativo. A falta de infraestrutura adaptada, materiais pedagógicos acessíveis e profissionais de apoio, como psicólogos e terapeutas, pode dificultar a implementação efetiva da inclusão (GLAT E PLETSCH, 2010).

1.2. FUNDAMENTOS DO AEE: DEFINIÇÃO, OBJETIVOS E IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

O Atendimento Educacional Especializado desempenha um papel crucial na promoção da educação inclusiva, proporcionando suporte personalizado e recursos adaptados para atender às necessidades educacionais de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o AEE é organizado para "apoiar, complementar e/ou suplementar os serviços educacionais comuns" (BRASIL, 2008).

Os objetivos do AEE são diversos e abrangem desde o desenvolvimento de habilidades específicas até a adaptação de recursos pedagógicos. Ele visa promover o desenvolvimento acadêmico, social e pessoal dos alunos com necessidades especiais, garantindo que eles tenham acesso ao currículo comum de forma adequada e inclusiva. Essa abordagem não se limita apenas ao aspecto educacional, mas também engloba a

preparação dos alunos para uma vida autônoma e participativa na sociedade (CARVALHO, 2011).

No contexto do relato de experiência apresentado a seguir, nas práticas pedagógicas do projeto SESC EAD EJA, é pertinente discutir como as ações desenvolvidas contribuem com a aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial. Além de promover autonomia, oferece ao estudante possibilidades de enfrentamento das barreiras criadas desde sua infância, no que diz respeito a sua educação. A importância do AEE no contexto da educação inclusiva reside na sua capacidade de reduzir as barreiras para a participação dos alunos, garantindo que todos tenham oportunidades iguais de aprendizagem e desenvolvimento.

A implementação eficaz do AEE requer não apenas recursos materiais tecnológicos adequados, como também uma equipe qualificada de profissionais, incluindo professores, especialistas e apoio técnico-pedagógico. Assim, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) não apenas complementa o ensino regular, mas também é crucial para a transformação do sistema educacional, tornando-o mais inclusivo e acessível a todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais. Ele é um componente fundamental na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde cada indivíduo tem a chance de alcançar seu pleno potencial educacional e social.

2. TECNOLOGIA EDUCACIONAL E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD).

A tecnologia educacional e a Educação a Distância (EAD) têm transformado profundamente o cenário educacional contemporâneo, oferecendo novas oportunidades de aprendizagem e acessibilidade. A integração de tecnologias digitais no ensino proporciona flexibilidade para estudantes e educadores, permitindo acesso ao conhecimento de forma remota e adaptável às necessidades individuais dos alunos. Segundo a UNESCO (2020), a tecnologia educacional "possibilita novas formas de ensinar e aprender que transcendem os limites tradicionais da educação presencial".

A Educação a Distância, em particular, utiliza plataformas online, recursos multimídia e ferramentas interativas para facilitar o ensino e a aprendizagem à distância. Essa modalidade educacional tem se expandido rapidamente, especialmente com o advento da internet e das tecnologias móveis, tornando-se uma alternativa viável e eficaz para estudantes que buscam flexibilidade em seus horários de estudo (MOORE E KEARSLEY, 2012).

De acordo com Moore e Kearsley (2012), a EAD oferece oportunidades significativas de democratização do acesso à educação, alcançando públicos diversos e superando barreiras geográficas e físicas. Além disso, a utilização de tecnologias como vídeo-aulas, aulas online em tempo real, fóruns de discussão online e ambientes virtuais de aprendizagem enriquece a experiência educacional, promovendo interações colaborativas entre alunos e facilitando o compartilhamento de conhecimentos (GARRISON E KAMUKA, 2004).

A evolução das tecnologias educacionais também tem contribuído para o desenvolvimento de metodologias de ensino mais dinâmicas e personalizadas. Plataformas adaptativas de aprendizagem, por exemplo, utilizam algoritmos para ajustar o ritmo e o conteúdo do ensino conforme o desempenho e as

necessidades individuais dos alunos (SIEMENS, 2005).

É evidente que a EAD possui características distintas do ensino presencial, mas é reconhecida como uma prática educativa e uma realidade global. Conforme Neto (1991):

A expressão "a distância" refere-se à interação entre o estímulo educativo e seu destinatário. Isso contrasta com a educação presencial, onde o

estímulo educativo provém do professor fisicamente presente para os alunos, enquanto na EAD, o professor, embora ausente, se faz presente por meio de canais de comunicação. Mesmo na presença de um orientador de aprendizagem, a característica "a distância" não se perde, pois essa pessoa facilita a recepção e o processamento do estímulo pelo destinatário (NETO, 1991, p. 12).

As definições destacam a diversidade de enfoques na EAD, enfatizando ora o papel do aluno, ora dos meios tecnológicos, e até mesmo o autoconhecimento, não apenas em termos de definição, mas também de terminologia. A expressão "EAD" é utilizada de maneiras diversas por diferentes autores, como ensino a distância, ensino aberto, educação aberta, entre outros, com significados essencialmente equivalentes.

Contudo, apesar dos benefícios, a implementação eficaz da tecnologia educacional e da EAD requer estratégias cuidadosas de planejamento e formação de professores. É fundamental garantir que os educadores estejam capacitados para integrar as tecnologias de maneira pedagogicamente eficaz, promovendo um ambiente de aprendizagem colaborativo e engajador (ALLY, 2004).

2.1 CONCEITOS DA EAD E TECNOLOGIA UTILIZADA PELO PROJETO SESC EAD EJA.

Diversos são os conceitos e abordagens utilizados por diferentes autores para compreender essa modalidade de ensino. Segundo Otto Peters, EAD é um método racional para compartilhar conhecimentos, habilidades e atitudes, utilizando princípios de divisão do trabalho e organização, aliados ao uso intensivo de meios de comunicação. Isso possibilita a instrução de um grande número de estudantes simultaneamente, enquanto os materiais técnicos adequados estiverem disponíveis, caracterizando-a como uma forma industrializada de ensino (PETERS, 1973 citado por NUNES, 1992).

Apesar dos desafios e das críticas, a EAD é agora reconhecida pela sociedade contemporânea como uma ferramenta crucial para disseminar conhecimento e democratizar informações. Ela proporciona aos estudantes uma variedade de recursos humanos e tecnológicos, desempenhando um papel eficaz na formação contínua e na preparação profissional para o mercado de trabalho.

Globalmente, a EAD atende à necessidade educacional de setores ou grupos da população com dificuldades de acesso aos serviços educativos regulares, devido a questões geográficas, sociais, falta de oferta local de certos níveis ou cursos, ou limitações familiares, profissionais ou econômicas (BARRETO, 2006).

Desta forma, a EAD não deve ser vista como um modelo educacional de qualidade inferior, pois tem demonstrado ser um meio eficaz e economicamente viável para atender à crescente e flexível demanda por qualificação profissional. Ela responde de forma adequada às expectativas pedagógicas, contribuindo para o desenvolvimento social e democrático (PANIAGO, 2006). Nesse sentido, a oferta EAD utilizada pelo Sesc para o projeto SESC EAD EJA Ensino médio, foi estruturada por meio de um currículo pensado

e desenhado para EJA, com objetos de aprendizagem de alta ludicidade unificando a praticidade e flexibilidade para os estudantes, com um conteúdo de qualidade e de fácil acesso.

Para isso, os professores especialistas nas diversas áreas do conhecimento da BNCC e Qualificação Profissional em Produtor Cultural, produziram o conteúdo em torno dos contextos e realidades que fazem parte dos sujeitos da EJA. Levando em conta que “o projeto SESC EAD EJA Ensino Médio é um instrumento vinculado às Diretrizes para Educação Básica do Sesc e está voltado à redução das desigualdades de acesso à educação de qualidade e com a proposta de formação integral e voltada para o mundo do trabalho” (Barreiro, Mendes e Cruz, 2023).

Traz a diversidade, incluindo diferentes históricos culturais, uma vez que o projeto é nacional. Sempre de forma personalizada, respeita e atua para transformação e desenvolvimento integral. Este trabalho oportunizou a construção de um material interativo e dialógico, com uma gama de objetos de aprendizagem que oportunizam para o estudante um repertório de mídias e tecnologias imersivas que contribuem para sua formação. A premissa usada durante a criação deste material estava na possibilidade do estudante conseguir enxergar e utilizar o conteúdo desenvolvido no seu dia a dia.

Esse movimento também possibilitou que os conteúdos fossem oferecidos por meio de diversos recursos digitais, como vídeos, áudios, materiais interativos, fóruns, aulas síncronas e assíncronas, entre outros. Para ajudar nessa construção, os professores tiveram o apoio de uma plataforma digital do Senac, chamada *Espie - Espaço de Inovação em Educação*, que apresenta diferentes possibilidades de objetos digitais de aprendizagem que podem ser utilizados na plataforma de ensino alinhado à Rede Sesc de educação.

Toda essa construção foi realizada dentro da plataforma Blackboard Learn, principal ambiente virtual de aprendizado utilizado no projeto SESC EAD EJA. Além desses recursos, a plataforma oferece para o aluno campos como: Conteúdos das Disciplinas, Fóruns de Dúvidas, Fale com o seu Professor, e o Centro de Notas, que possibilita o acompanhamento do desenvolvimento do estudante durante o curso.

3. ADAPTAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

A adaptação de material didático para alunos com necessidades especiais é uma prática essencial para promover uma educação inclusiva e acessível, garantindo que todos os estudantes tenham igualdade de oportunidades no processo educacional. Essa adaptação envolve modificar recursos e conteúdos didáticos de forma a atender às necessidades individuais dos alunos, seja por meio de formatos alternativos, como textos em Braille ou versões digitais com suporte à leitura de tela, seja por meio de ajustes na linguagem ou na estrutura dos materiais.

No Brasil, políticas públicas e diretrizes educacionais têm orientado a prática de adaptação de material didático. Conforme destacado por Mendes (2018), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LEI N° 13.146/2015) reforça a necessidade de promover a acessibilidade em todos os níveis de ensino, incluindo a adaptação de recursos didáticos para garantir o pleno desenvolvimento educacional

dos alunos com deficiência.

A utilização de tecnologias assistivas também desempenha um papel crucial na adaptação de material didático. De acordo com Oliveira (2019), ferramentas como softwares de leitura de tela, que convertem texto digital em áudio, e softwares de reconhecimento de voz, que permitem a escrita por meio da fala, facilitam o acesso aos conteúdos educacionais para alunos com deficiências visuais ou dificuldades de leitura e escrita.

Nesse contexto, é essencial pensar em adaptações personalizadas do material e do ambiente virtual, de acordo com a necessidade de cada aluno. Para isso, os professores e coordenadores do SESC EAD EJA elaboram um fluxo de trabalho em que é possível filtrar algumas informações essenciais do aluno público-alvo e, a partir disso, desenvolver a adaptação.

Embora estejam disponíveis dentro da plataforma ferramentas básicas como leitores de tela e traduções em libras, por exemplo, se entende que cada aluno necessita de um olhar individualizado que possibilite o ajuste necessário para desenvolver suas potencialidades.

Por isso, é fundamental considerar a formação contínua dos educadores para efetivar a adaptação de material didático. Conforme observado por Souza (2017), programas de capacitação e atualização profissional são essenciais para que os professores estejam preparados para identificar as necessidades específicas dos alunos e aplicar estratégias adequadas de adaptação de material didático.

Sendo assim, a adaptação de material didático para alunos com necessidades especiais não apenas atende às exigências legais de inclusão, mas também promove um ambiente educacional mais justo e acessível, onde todos os estudantes têm a oportunidade de desenvolver seu potencial cognitivo e acadêmico.

4. CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDANTE

O estudante ingressou no curso no primeiro semestre de 2023, apresentando características e necessidades de um atendimento diferenciado e individualizado. Entre suas singularidades, ele possui deficiência intelectual diagnosticada, comprometimento da fala e comprometimento motor global. Faz uso de medicamentos contínuos e, em âmbitos gerais, apresenta problemas de comunicação, com uma fala agitada e de difícil entendimento muito pela questão da timidez e medo da rejeição. O estudante tem uma boa compreensão e consegue se manter concentrado durante a realização das tarefas.

Nas questões acadêmicas, demonstrou dificuldade em usar a internet para pesquisas e na construção de textos foi observada a falta de coesão textual, bem como a falta de clareza do que pretende expressar. O estudante é solteiro, independente nas suas tarefas diárias e trabalha em um supermercado da sua cidade, possui pouca interação com a família e uma rede de apoio limitada. Demonstra melhor uso do celular, tendo preferência pela comunicação, por meio de aplicativos de mensagens instantâneas. Sabe fazer fotos, vídeos e vídeo-chamadas, o que facilitou o trabalho síncrono na modalidade à distância. É considerado alfabetizado, mas não letrado. Possui dificuldades em cálculos, abstrações matemáticas e exercícios utilizando imagens mentais e lógicas, faz uso da calculadora para realizar cálculos e consegue lidar muito bem com a ferramenta.

Diante desse panorama, as atividades foram adaptadas e substituídas para manter o estudante

envolvido, dando ênfase às suas capacidades cognitivas.

4.2 DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DAS ATIVIDADES

Inicialmente, foi realizada uma reunião com os docentes presenciais, professores EAD e equipe pedagógica para desenvolvimento das atividades destinadas ao estudante. Pensando em todo o contexto de características e singularidades, foi proposto um projeto transdisciplinar que partia de uma avaliação ao contexto no qual o estudante estava inserido, utilizando suas vivências e conhecimentos do trabalho, escola e da vida para construção de atividades acadêmicas.

O projeto proposto objetivou observar e identificar desigualdades sociais em seu território, fazendo com o que o estudante compreendesse o conceito de desigualdades e como elas se revelam no meio em que vivem. O projeto foi desenvolvido em web-conferências síncronas com o estudante e, também, algumas atividades foram construídas para a realização em momentos assíncronos.

As atividades foram iniciadas com a área de Ciências Humanas e Matemática, nas quais o estudante foi orientado e esclarecido dos conceitos de desigualdades sociais, abordando por meio da realidade percebida por ele em seus deslocamentos entre casa, trabalho e polo, dando elementos e insights para que o estudante pudesse diferenciar e identificar situações e realidades que demonstrassem a desigualdade social e de condições existente no meio em que vive.

Com esse embasamento, foi proposto que o aluno utilizasse uma base de estatística, conteúdo matemático presente no material da etapa em curso, para investigar, por meio de pesquisas, as situações e contextos sociais que as pessoas que convivem com ele se encontravam e quais as impressões que elas relatavam sobre o assunto. A pesquisa foi realizada com colegas de trabalho e colegas de escola.

Dando continuidade ao projeto, posterior a esse embasamento e entendimento de vários atores do círculo de convivência, foi proposto ao aluno, pela área de linguagens, a construção de um poema, descrevendo, neste tipo textual, o que ele pode perceber por meio das atividades anteriores.

Além disso, com objetivo de ilustrar todos esses movimentos, a área de Ciências da Natureza solicitou ao estudante que fizesse imagens da cidade ou bairro em que reside que refletissem situações de desigualdades sociais em um mesmo território, dando ao aluno a capacidade de observar a constituição da sociedade como um meio diverso, mesmo em pequenos espaços geográficos.

O projeto culminou em uma proposta, solicitada pela qualificação profissional em Produtor Cultural, em que o estudante precisaria pensar e desenvolver ações de inclusão do público mais desassistido, visando propor práticas para que, de alguma forma, essas desigualdades fossem reduzidas ou abrandadas.

CONCLUSÕES

A partir do relato de experiência, atrelado à revisão de bibliografia, foi possível compreender que o uso de uma aproximação transdisciplinar, que integra diferentes áreas do conhecimento e a qualificação profissional em produção cultural, mostrou-se eficiente no que diz respeito ao desenvolvimento da independência e participação ativa do estudante nas atividades propostas. A construção de atividades significativas e contextualizadas, que partiam das vivências do estudante, contribuíram para o ampliação de suas habilidades de leitura, escrita e comunicação, além de estimular sua imaginação e senso crítico.

Os resultados obtidos evidenciam a importância de oferecer um serviço educativo especializado e individualizado para estudantes com necessidades especiais na educação à distância e nas demais modalidades de ensino. A adequação das atividades e o uso de recursos tecnológicos permitiram que o estudante superasse as barreiras impostas por sua deficiência e alcançasse os objetivos propostos.

Dessa forma, a atual pesquisa contribui para o desenvolvimento do conhecimento sobre estratégias pedagógicas eficazes para a inclusão de estudantes com deficiência intelectual na modalidade EAD, destacando a importância da personalização do ensino e do uso de recursos tecnológicos.

A experiência relatada demonstra que é possível oferecer uma educação de qualidade para estudantes público-alvo da educação especial na modalidade EAD, desde que sejam adotadas estratégias pedagógicas adequadas e que haja um acompanhamento individualizado. Assim, é revelado o potencial da educação a distância para qualificar processos inclusivos e a equidade educacional.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a toda comunidade escolar e acadêmica que possibilita a implementação, execução e aperfeiçoamento técnico e teórico sobre ações inclusivas na rede educacional. Assim como os espaços de diálogo, como fóruns, congressos e seminários, que oportunizam a troca de informações e experiências.

Em especial, agradecemos à equipe pedagógica do projeto SESC EAD EJA por provocar os professores, coordenadores e todos os demais colaboradores a pensar em estratégias que possibilitem aproximar o estudante ao seu direito de equidade educacional.

Entendemos a importância de dialogar sobre as práticas inclusivas e o atendimento educacional especializado, com o intuito de disseminar as informações e, principalmente, motivar os espaços que ainda carecem dessas práticas.

REFERÊNCIAS.

ALLY, M. Foundations of Educational Theory for Online Learning. 2004.

BARREIRO, Rommulo; MENDES, Thalita; CRUZ, Lucas Lopez da. A Oferta Nacional da EJA do SESC em EAD: uma abordagem de implementação inovadora. In: ANAIS DO 28º Congresso Internacional de Educação a Distância 2023, 2023, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2023. Disponível em: <<https://proceedings.science/ciaed-2023/trabalhos/a-oferta-nacional-da-eja-do-sesc-em-ead-uma-abordagem-de-implementacao-inovadora?lang=pt-br>>. Acesso em: 28 Set. 2024.

BARRETO, L. S. Educação à distância: Perspectiva histórica. Revista Estudos, n. 26, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 9 de julho de 2024.

BOOTH, T.; AINSCOW, M. Index for Inclusion: developing learning and participation in schools. 2. ed. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education. 2011.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

CARVALHO, R. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2011.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP
Rua Maria Cristina 50, Jardim Casqueiro – Cubatão, São Paulo – fone: (13) 3346-5300

CRESPO, Thalita Mendes; GICK, Francisco dos Santos. Inovação e Território: Perspectivas para vivência criativa do espaço digital na Educação de Jovens e Adultos a distância. *Anais CIET:Horizonte*, São Carlos-SP, v. 7, n. 1, 2024. Disponível em: <https://ciet.ufscar.br/submissao/index.php/ciet/article/view/2844>.. Acesso em: 29 set. 2024.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARRISON, D. R.; KANUKA, H. Blended learning: uncovering its transformative potential in higher education. *The Internet and Higher Education*, v. 7, n. 2, p. 95-105, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.iheduc.2004.02.001>. Acesso em: 9 jul. 2024.

GLAT, R.; MÁRCIA, D. E. *Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. 2010.

MANTOAN, M. T. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* 4. ed. São Paulo: Moderna. 2003.

MAZZOTTA, M. J. *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: reflexões sobre a acessibilidade na educação. *Revista de Educação e Pesquisa em Ciências da Saúde*, v. 16, n. 1, p. 27-38, 2018. Acesso em: 9 jul. 2024.

MITTLER, P. *Working towards inclusive education: Social contexts*. Routledge, 2012.

MITTLER, P. Working towards inclusive education: Social context. *International Journal of Inclusive Education*, v. 4, n. 1, p. 35-49. 2000

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. *Distance Education: A Systems View of Online Learning*. Cengage Learning, 2012.

NETO, F. J. S. Educação a Distância: Regulamentação, Condições de Êxito e Perspectivas. 1991. Disponível em: http://www.intelecto.net/ead_textos/lobo1.htm. Acesso em 9 de julho de 2024.

NUNES, I. B. Noções de educação a distância. 1992. Disponível em: <http://ibase.org.br/ined/ivoniol.html>. Acesso em 9 de julho de 2024.

OLIVEIRA, F. Tecnologias assistivas na educação: estratégias para promover a inclusão digital. Nova Fronteira: 2019.

PANIAGO, Einstein Almeida Ferreira. Relatório de Contextualização do Desenvolvimento da EAD em Goiás. In: I Seminário de EAD do Estado de Goiás, 2005, Goiânia. Disponível em <http://www.ead.ucdb.br/index.php?pag=noticias&id=45>. Acesso em: 9 de julho de 2024.

PANIAGO, A. Educação a distância: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação a Distância*, v. 2, n. 1, p. 45-62, 2006. Acesso em: 9 jul. 2024.

PETERS, O. A Estrutura Didática da Educação a Distância. São Paulo: Olho d'Água, 1973.

SIEMENS, G. Connectivism: a learning theory for the digital age. *International Journal of Instructional Technology and Distance Learning*, v. 2, n. 1, p. 3-10, 2005. Disponível em: http://www.itdl.org/Journal/Jan_05/article01.htm. Acesso em: 9 jul. 2024.

SOUZA, R. Formação continuada de professores para a educação inclusiva: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 23, n. 3, p. 419-434, 2017.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. A educação inclusiva: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas. 1999.

UNESCO. Declaração de Salamanca e quadro de ação sobre necessidades educativas especiais. Conferência Mundial sobre Educação Especial: Acessibilidade e Qualidade, Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: https://www.unesco.org/education/pdf/SALAMA_E.PDF. Acesso em: 9 jul. 2024.

UNESCO. A educação na era digital: uma nova visão para a aprendizagem e o ensino. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373980>. Acesso em: 9 jul. 2024.